



JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE

Nome (letra de forma): _____

Assinatura: _____

PROVA DE ESTAGIÁRIOS – 2009 – Boa Sorte!

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Relacionados à evolução do constitucionalismo brasileiro, marque o item INCORRETO:

- A) Na Constituição de 1891, adotou-se como forma de governo para o país a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e consagrou-se a dualidade da justiça, a federal e a estadual, além de se instituir o STF.
- B) Fruto das revoluções de 1930 e 1932 e espelhando as grandes transformações do século XX, especialmente o fim da 1.ª Guerra Mundial, a Constituição de 1934 foi simplesmente desconsiderada pelo golpe de Estado de 1937 e pela outorga, por Getúlio Vargas, da nova Carta Política, que, de inspiração fascista, teve como autor principal Francisco Campos.
- C) A Constituição de 1946 era muito parecida com a de 1934 devido à coincidência de fatores políticos que marcaram a sua elaboração: a de 1934, constituiu forte reação à República Velha, e a de 1946, às tendências ditatoriais. Portanto, ambas, pode-se dizer, tiveram inspiração democrática.
- D) A Constituição de 1967 foi emendada em 1969 pelo Congresso Nacional, mantendo-se, pelo menos formalmente, as eleições presidenciais pelo sistema do sufrágio universal e o voto direto e secreto.

2) Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o sigilo das comunicações telefônicas

- A) poderá ser violado, por ordem judicial ou administrativa, para instrução processual de ação de improbidade administrativa.
- B) é absolutamente inviolável.
- C) poderá ser violado, por ordem de Ministro de Estado, para instrução de processo administrativo disciplinar.
- D) poderá ser violado, por ordem judicial, para fins de investigação criminal.

3) As ações contra o CNJ e contra o Conselho Nacional do Ministério Público serão julgadas

- A) na justiça federal do domicílio do autor.
- B) no STJ, quando se tratar de mandado de segurança.
- C) no STF, em qualquer hipótese.
- D) no Tribunal Superior do Trabalho, se houver matéria trabalhista.

4) A homologação de sentenças estrangeiras é de competência

- A) da justiça federal do local onde tem domicílio o interessado.
- B) do TRF da região onde tem domicílio o interessado.
- C) do STF.
- D) do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

5) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes

- A) às leis complementares.
- B) às leis ordinárias.
- C) às emendas constitucionais.
- D) aos decretos legislativos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6) Acerca dos princípios de direito administrativo, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) Tanto a administração direta quanto a indireta se submetem aos princípios constitucionais da administração pública.
- B) O rol dos princípios administrativos, estabelecido originariamente na CF, foi ampliado para contemplar a inserção do princípio da eficiência.
- C) O princípio da legalidade, por seu conteúdo generalizante, atinge, da mesma forma e na mesma extensão, os particulares e a administração pública.
- D) Embora vigente o princípio da publicidade para os atos administrativos, o sigilo é aplicável em casos em que este seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

7) Não configura, segundo a doutrina dominante, elemento ou requisito do ato administrativo

- A) a forma.
- B) o objeto.
- C) a finalidade.
- D) a discricionariedade.

8) Assinale a opção que contém órgão da administração direta.

- A) Advocacia Geral da União
- B) Caixa Econômica Federal
- C) IBAMA
- D) Banco Central

9) Joaquim, motorista de pessoa jurídica prestadora de serviço público, transportava documentos oficiais que necessitavam ser entregues com urgência. No trajeto, Joaquim, por imperícia e imprudência, envolveu-se em acidente de trânsito, no qual colidiu com veículo de particular. Considerando a situação hipotética acima, assinale opção correta.

- A) A responsabilidade civil será exclusiva de Joaquim, visto que agiu com imperícia e imprudência.
- B) A Constituição Federal de 1988 (CF) adotou a responsabilidade objetiva do Estado, sob a modalidade do risco integral, razão pela qual a pessoa jurídica deverá responder pelos danos.
- C) Trata-se de hipótese que exclui o dever de indenizar, visto que Joaquim estava executando serviço público de natureza urgente.
- D) A responsabilidade civil será da pessoa jurídica, na modalidade objetiva, com a possibilidade de direito de regresso contra o motorista.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

- 10) Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta em conformidade com o CP.
- A) Se algum dos concorrentes tiver optado por participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, a qual, entretanto, será aumentada, nos termos da lei, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
 - B) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, mesmo quando elementares do crime.
 - C) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chegar a ser tentado.
 - D) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.

- 11) Assinale a opção correta quanto às provas ilícitas, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP), segundo recentes alterações legislativas.
- A) São entendidas como provas ilícitas apenas as que forem obtidas em violação a normas constitucionais, devendo tais provas ser desentranhadas do processo.
 - B) São, em regra, admissíveis as provas derivadas das ilícitas.
 - C) Considera-se fonte independente aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seja capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
 - D) As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, são, em regra, admitidas em juízo.

- 12) Assinale a opção correta com base nos princípios de direito penal na CF.
- A) O princípio básico que orienta a construção do direito penal é o da intranscendência da pena, resumido na fórmula *nullum crimen, nulla poena, sine lege*.
 - B) Segundo a CF, é proibida a retroação de leis penais, ainda que estas sejam mais favoráveis ao acusado.
 - C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas até os sucessores e contra eles executadas, mesmo que ultrapassem o limite do valor do patrimônio transferido.
 - D) O princípio da humanidade veda as penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, bem como as de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e as cruéis.

- 13) Assinale a opção correta segundo o CP.
- A) Na hipótese de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos, exclui-se a imputabilidade penal.
 - B) Se houver concurso entre agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.
 - C) O agente que incide em erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime deverá ter excluída a sua punibilidade.
 - D) Se alguém praticar crime sob coação moral irresistível, deverá ser punido juntamente com o autor da coação ou da ordem.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 14) A respeito da competência, assinale a opção correta.
- A) No caso da ação de adjudicação compulsória de bem imóvel, é competente o foro do domicílio de quaisquer das partes.

- B) Tratando-se de competência relativa, proposta a ação em foro diverso do competente, não pode o juiz reconhecer a sua incompetência de ofício, ainda que haja incapazes envolvidos.
- C) A intervenção de autarquia federal na condição de assistente em ação de acidente do trabalho desloca a competência para a justiça federal.
- D) O foro da residência da mulher para a ação de separação e de anulação de casamento, por ser especial, tipifica hipótese de competência absoluta.

15) De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), na hipótese de afinidade de questões por um ponto de fato ou de direito, duas ou mais pessoas podem litigar em conjunto no mesmo processo, tanto no polo ativo como no passivo. Nessa situação, verifica-se o fenômeno denominado

- A) litisconsórcio necessário.
- B) assistência simples.
- C) litisconsórcio unitário.
- D) litisconsórcio facultativo.

16) No que se refere às provas, adota-se, no CPC, o sistema

- A) das ordálias.
- B) da livre convicção (ou íntimo ou moral).
- C) do livre convencimento motivado.
- D) da prova legal.

17) A respeito dos atos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) os atos processuais só são reputados válidos quando, tendo forma expressa e prevista em lei, sejam realizados com sua observância;
- B) correm em segredo de justiça os processos em que o exigir o interesse público;
- C) em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo;
- D) os atos meramente ordinatórios, como a juntada, independem de despacho.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

18) Marque o item correto:

- A) O fato de o empregador deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, constitui crime; entretanto, mesmo que o empregador não tenha promovido o recolhimento, a administração não pode, sob o fundamento de que o empregador nada recolheu, indeferir requerimento de segurado empregado que apresente pedido de benefício.
- B) Mariana exerce cargo exclusivamente em comissão, em determinado órgão da União. Nessa situação, Mariana poderá filiar-se ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos dessa entidade da federação.
- C) Joaquim, segurado da previdência social, mantinha união estável, sem filhos, com Maria. Após 12 anos de convívio nesse regime, Joaquim separou-se de Maria, passando a viver com Elisa, a qual registrou na previdência social como sua dependente. Decorridos 6 meses morando com Elisa, Joaquim faleceu. Nessa situação, com base na legislação previdenciária de regência, Maria e Elisa serão consideradas dependentes de Joaquim, tendo direito, cada uma, a 50% do valor da respectiva pensão por morte deixada pelo *de cujus*.
- D) Os servidores civis ocupantes de cargo efetivo da União ou autarquias federais não são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, ainda que amparados por regime previdenciário próprio.

19) De acordo com a Constituição Federal, a assistência social deve ser prestada

- A) com os recursos provenientes do orçamento da seguridade social, vedadas outras fontes.
- B) independentemente de contribuição à seguridade social.
- C) aos idosos com base no sistema de contribuição social e aos deficientes independentemente de contribuição.
- D) ao deficiente e menor que provarem necessitar, excluídos os idosos que devem ser atendidos pela Previdência Social.

20) A respeito da aposentadoria do servidor público, julgue os itens subsequentes.

I A aposentadoria compulsória ocorre aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, somente dando direito a proventos integrais se o servidor já tiver completado o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria voluntária.

II Na aposentadoria por invalidez permanente, o servidor aposentado receberá proventos proporcionais ao tempo de serviço, salvo se a invalidez resultar de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, casos em que os proventos serão integrais.

III A aposentadoria voluntária, para o servidor que ingressar no serviço público a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 41/2003, decorre de pedido do servidor público, independentemente de preencher os requisitos mínimos de tempo de contribuição e de idade.

IV O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e os que ocupam cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como de suas Autarquias e fundações, submetem-se ao regime previdenciário próprio do servidor público.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

FIM.

GABARITO:

1 - D

2 - D

3- C

4 - D

5- C

6 - C

7-D

8- A

9 -D

10 - A

11 - C

12 - D

13 -B

14 - B

15 - D

16 -C

17 - A

18 -A

19 - B

20-A